

CON JUN TURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS



REFORMA ADMINISTRATIVA

GRUPO DE TRABALHO APRESENTA PACOTE DA REFORMA ADMINISTRATIVA

P.3

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

TEMPERATURA DO CONGRESSO
**MP FISCAL CADUCA
E INTENSIFICA
DESGASTE DO
GOVERNO**

P.6

DESTAQUE INTERNACIONAL
**BRASIL E EUA
RETOMAM DIÁLOGO
DIPLOMÁTICO EM
REUNIÃO VIRTUAL**

P.9

VISÃO DO ESPECIALISTA
**ORÇAMENTO:
A BASE
INVISÍVEL
DO COTIDIANO**

P.11



**2025 – Fundação Republicana
Brasileira (FRB) ©**

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

**COORDENAÇÃO ASSESSORIA
DE COMUNICAÇÃO FRB:**

Denise Matos



**COORDENAÇÃO NÚCLEO DE
ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):**

Fábio Vidal

**CON
JUN
TURA**
REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO:

Igor Bessa

DIAGRAMAÇÃO:

Samuel de Paula – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



sua procura acabou



**CIÊNCIA POLÍTICA
É NA FACULDADE
REPUBLICANA**

Conquiste total autoridade para
trabalhar com parlamentares,
políticas públicas, campanhas,
instituições e movimentos sociais!



Presencial em Brasília



EaD para todo o Brasil



61 9 9970-8085



GRUPO DE TRABALHO APRESENTA PACOTE DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Na última quinta-feira (2), o Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados apresentou um conjunto de propostas voltadas à implementação da reforma administrativa

O deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), coordenador do GT, formalizou o pacote, que reúne uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei (PL).



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos/PB), a reforma é fundamental para modernizar a administração pública e integra as prioridades legislativas de 2025.

O pacote propõe mudanças estruturais, como a progressão na carreira baseada em mérito e avaliação contínua de desempenho, substituindo o critério exclusivo de tempo de serviço e a criação de uma tabela remuneratória única para cada ente federativo, com teto no limite constitucional, a fim de coibir supersalários e verbas indenizatórias.

Entre as medidas, está o fim da aposentadoria compulsória como forma de punição para magistrados e membros do Ministério Público (MP), que passariam a estar sujeitos à perda do cargo ou à demissão, ponto considerado sensível por desafiar o corporativismo dessas carreiras.

O pacote também incorpora o Concurso Nacional Unificado (CNU) no eixo de profissionalização do serviço público, permitindo que estados e municípios adotem o mesmo modelo de seleção.

A reforma administrativa representa uma tentativa de centralizar no Legislativo a agenda de modernização do Estado, ampliando o poder do Congresso na definição de regras estruturais da gestão pública, tradicionalmente dominadas pelo Executivo e pelo corporativismo do funcionalismo.

Entretanto, a proposta enfrenta resistência dentro do próprio Legislativo: apenas 5 dos 17 integrantes do GT assinaram o texto, o que reduz as perspectivas de um avanço rápido.

As medidas são consideradas impopulares e atingem interesses consolidados, como privilégios de determinadas categorias e a autonomia do Judiciário, o que indica que sua tramitação exigirá intensas negociações entre governo, oposição e entidades sindicais.



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

MP FISCAL CADUCA E INTENSIFICA DESGASTE DO GOVERNO

Após semanas de intensos desdobramentos políticos, o Congresso tenta reorganizar sua pauta para conter o desgaste e retomar o controle da agenda legislativa

O movimento envolve tanto a priorização de projetos de consenso quanto a tentativa de adiar ou reformular temas de alto custo político, como o chamado “PL da Dosimetria”.

De relatoria do deputado Paulinho da Força (Solidariedade/SP), o projeto busca reduzir as penas dos envolvidos nos atos antidemocráticos de 2022 e 2023, funcionando como alternativa ao projeto de anistia anteriormente apresentado, que previa perdão total.

A repercussão negativa levou os presidentes da Câmara e do Senado a moderarem o discurso e sinalizarem recuo em relação à proposta original. Ainda assim, o futuro da tramitação permanece incerto, pois depende de acordos entre as presidências das duas Casas. O texto segue em ajustes e deve ser apresentado até a próxima semana.

Paralelamente, a Medida Provisória (MP 1.303/2025), considerada essencial para o equilíbrio fiscal do governo, perdeu validade após ser retirada da pauta do Plenário da Câmara na noite de quarta-feira (8).

Mesmo aprovada na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a proposta não avançou nas Casas Legislativas dentro do prazo constitucional, o que resultou em sua caducidade e na perda imediata de eficácia das medidas fiscais previstas.

Apesar das concessões feitas pelo Planalto para tentar preservar a MP, o esforço não foi suficiente para garantir a votação final. O impasse político e a falta de coordenação entre governo e lideranças partidárias contribuíram para o desfecho.

A caducidade representa um revés político para o governo, evidenciando o enfraquecimento de sua articulação com o Congresso. O episódio reforça a autonomia do Legislativo e expressa a insatisfação com o aumento da carga tributária, ao mesmo tempo em que revela as dificuldades de coordenação política e os limites da capacidade do Executivo em conduzir sua agenda fiscal no Parlamento.

BRASIL E EUA RETOMAM DIÁLOGO DIPLOMÁTICO EM REUNIÃO VIRTUAL

Na última segunda-feira (6), os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos realizaram uma reunião por videoconferência

Após meses de tensão nas relações diplomáticas entre os dois países, o encontro ocorreu em tom cordial e resultou no compromisso de um encontro presencial em breve.

Durante a conversa, foram tratados temas econômicos, como o pedido de retirada das tarifas impostas pelos EUA a produtos brasileiros e a suspensão de sanções aplicadas a autoridades nacionais.

Donald Trump informou que o assunto será conduzido pelas equipes técnicas dos dois países e designou o secretário de Estado americano, Marco Rubio, para dar continuidade às negociações com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB/SP) e sua equipe.

O encontro sinaliza uma retomada positiva do diálogo entre Brasília e Washington, com foco em interesses econômicos e na estabilidade das relações bilaterais. A aproximação também pode reduzir riscos de retaliações comerciais que afetariam setores estratégicos das duas economias.

FRB INDICA

O periódico *Agenda Brasileira*, em seu décimo volume, analisa a Inteligência Artificial e seus impactos em setores como saúde, educação, transporte, agropecuária e processo legislativo.

A obra reúne 22 artigos de especialistas que exploram o funcionamento da tecnologia, seus efeitos no cotidiano e os desafios éticos, jurídicos e democráticos.

São apresentadas ainda experiências da Câmara dos Deputados com essas ferramentas, oferecendo referências para o setor público e contribuindo para a reflexão sobre o desenvolvimento responsável e inclusivo do Brasil na era tecnológica.



ORÇAMENTO: A BASE INVISÍVEL DO COTIDIANO

Nos Estados Unidos, o governo federal vive mais um episódio de shutdown, a paralisação parcial da máquina pública em razão da falta de consenso no Congresso para aprovar o orçamento

A consequência imediata é a suspensão de serviços não essenciais, atrasos no pagamento de servidores e impacto direto sobre indicadores econômicos, tornando a disputa entre Executivo e Legislativo um fator de grande instabilidade institucional.

No Brasil, embora não exista a figura formal do *shutdown*, a dinâmica política em torno da aprovação da

Foto: Arquivo FRB



**MARIANA
PIMENTEL**

Graduada em Relações Internacionais e pós-graduada em Assessoria Parlamentar, com especialização em Direito Legislativo e Direito Eleitoral. Atualmente, é consultora do Centro de Inovação Municipal (CIM) da Fundação Republicana Brasileira (FRB).

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) também revela tensões recorrentes.

O adiamento dessas votações pode travar o processo legislativo. Ainda que o sistema brasileiro conte com o duodécimo para garantir o funcionamento mínimo de órgãos e poderes, esse mecanismo cobra apenas despesas correntes. Na prática, investimentos estratégicos e programas de maior impacto social ficam comprometidos até que o Congresso conclua sua deliberação.

Esse impasse legislativo tem reflexos rápidos na população. No Brasil, o impacto se manifesta quando obras de infraestrutura deixam de sair do papel e programas sociais sofrem atrasos. Em ambos os países, a política travada no Parlamento afeta diretamente a vida cotidiana dos cidadãos.

A comparação entre os dois casos revela como o orçamento ultrapassa o campo técnico e se consolida como instrumento central de governabilidade. Nos EUA, a rigidez do modelo leva a paralisias totais da máquina pública. No Brasil, a flexibilidade evita o colapso, mas gera disputas prolongadas e imprevisibilidade, que corroem a eficiência da gestão. Mais do que uma peça contábil, o orçamento expressa a capacidade das instituições de se organizar em torno de consensos mínimos para garantir a continuidade do Estado e a proteção da sociedade.

A boa política precisa assegurar responsabilidade fiscal e estabilidade institucional para garantir que serviços públicos essenciais não se tornem reféns de disputas momentâneas. O caso americano expõe a fragilidade de uma das maiores potências, enquanto o brasileiro mostra que a falta de clareza e de planejamento orçamentário gera efeitos concretos na população.

Em um contexto de polarização, lembrar dessa responsabilidade é fundamental. O orçamento não pode ser transformado apenas em moeda de troca política, mas deve ser tratado como pacto institucional mínimo capaz de assegurar governabilidade e estabilidade. Afinal, a boa política se mede menos pelo volume de embates retóricos e mais pela capacidade de manter o Estado em funcionamento a serviço da sociedade.



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR